



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

PGR PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSTITUÍDO POR LEI Nº 1.074, DE 1950

PGR-00286772/2015

CPICARF

000173

OFÍCIO Nº 535/2015/ASJCRIM/SAJ/PGR

Brasília, 10 de novembro de 2015.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, em resposta ao ofício nº 096/2015-CPICARF, informo a Vossa Excelência que os dados solicitados por meio do Requerimento nº 167/15 estão encartados nos autos do Inquérito nº 4.150, de relatoria da Excelentíssima Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, e foram encaminhados pela primeira instância à Suprema Corte, sem terem sido remetidos, ainda, à Procuradoria-Geral da República para manifestação, razão pela qual não há possibilidade de atendimento do aludido pedido.

Atenciosamente,

Ela Wiecko V. de Castilho

Procuradora-Geral da República *em exercício*

RSS

A Sua Excelência o Senhor
Ataídes Oliveira
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF
Praça dos Três Poderes, anexo II, Ala Alexandre Costa, sala 15, subsolo
70165-900-Brasília/DF

Recebido na COCETI em 11/11/15

17:00
Felipe Costa Geraldes
Mat 229869



Ofício nº 096/2015 - CPICARF

Brasília, 03 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República
SAF Sul Quadra 4 Conjunto C
70050-900 - Brasília/DF

PRAZO

Assunto: **Requerimento 167/2015 - CPICARF**

Senhor Procurador-Geral,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407 de 2015, do Senado Federal, com a finalidade de *“apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados”*, e com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, e no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, encaminho a Vossa Excelência o Requerimento nº 167/2015 – CPICARF, aprovado na 22.ª Reunião da CPI do CARF, ocorrida no dia 29.10.2015, para atendimento.

Ressalto que a documentação deverá ser encaminhada no prazo de dez dias e, preferencialmente, em meio magnético.

Atenciosamente,


Senador Atáides Oliveira
Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

CPI CARF

Requerimento
Nº 167/15

APROVADO EM 29/10/15

Handwritten signature



SF/15608.32700-33

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579/52 e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Ministério Público Federal as cópias do relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal relativo ao envolvimento do ministro do TCU, José Augusto Ribeiro Nardes e outros com as apurações relativas à Operação Zelotes, com máxima urgência, a título de compartilhamento de informações.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de termos aprovado o requerimento nº 2 de autoria do Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), temos sido surpreendidos com a divulgação por parte da imprensa de materiais e provas relativos à Operação Zelotes que não foram compartilhados com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nosso plano de trabalho contempla uma ação coordenada com os demais órgãos investigativos, a ausência de documentos e provas apreendidos fragiliza esta cooperação e nos impede de mantermos o plano de trabalho especificamente no tocante à cooperação entre todos os interessados em esclarecer e punir os responsáveis pelos crimes que podem ter ocorrido no âmbito do CARF.

Sala das Comissões, em

Handwritten signature
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AMAZONAS

Subseção de Apoio às Comissões Especiais e Memórias de Inquérito
RECEBUELO ORIGINAL
Em 22/10/15 às 12 horas
Nome: Marcelo Assis Lopes
Matrícula: Técnico Legislativo

Handwritten signature

